


niepiti como para toda a Republika do dago, encerrou sua fala. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente em exercício encerrou a presente Sessão em nome de Deus. B. para constar, mandou que se lavrasse o presente ato, que depois de lido, submetido a apreciação Senária, aprovada, será assinada para que se produza seus efeitos legais.

  
Cruz  
Salvador

Ato da Vigésima Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo do Município de Cabo Frio, realizada no dia 14 (quatorze) de maio do ano de 2002 (dois mil e dois).

Do desfoho hongo do dia 14 (quatorze) de maio do ano de 2002 (dois mil e dois), sob a Presidência em exercício do Vereador Eduardo Cony, lito e com o comparecimento do Vereador Secretário pelo Vereador Ricardo Ferreira da Fonseca, realizou-se Ordinariamente a Sessão Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Rui Silva do Rocha, Aires Bessa de Aguiar, Altair Prado da Silva, Amanny Valério Tomaz Júnior, Antônio Carlos de Carvalho Andrade, Augusto Salvador Miranda de Carvalho, Emanuel Fernandes Cruz da Silva, Estevão Antônio Guimarães Durango, Fábio dos Santos Mendes, Paulo César dos Santos Almeida, Rui Bachado de Peres, Elias Rodrigues D'Ávila e Valcy Rodrigues da Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberto a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada o seguinte Ato da Vigésima Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo. A seguir o Senhor Presidente em exercício, após o cumprimento do rito regimental solicitou ao Senhor Vereador Secretário a leitura do Expediente que constou do seguinte: Projeto de Resolução nº 002/2002 - Vereador Rui do Rocha, assunto: Lei de Utilidade Pública para a Rede de Energia Elétrica da Companhia Nacional, com sede no Município de Cabo Frio, requerimento nº 045/2002 - Vereador Elias

Rodrigues Dinto, assunto: Propõe sobre convite ao Sr. Sr. Rupércio José  
 Govinho Geraldo, Diretor do Auto Veiação Salenense, para prestar esclareci-  
 mentos sobre a nova fase tecnológica dos transportes urbanos. Indicação  
nº 146/2002 - Vereador Gipi Eduardo Alvo de Almeida, assunto: Delib. ao Exm-  
 to: Prefeito Municipal estudos para, em parceria, implantar o Núcleo avança-  
 do do APAE, no 2º Distrito, inclusive com a criação da "Casa do Especial  
 Deficiente". Indicação nº 148/2002 - Vereador Ricardo Ferreira da Fonseca, assun-  
 to: Delib. ao Exm- to: Prefeito Municipal a construção de praça com qua-  
 dro polivalente, parque e iluminação pública na Rua da Assembleia, ócio  
 do novo Colégio Professor Melega Rodrigues do Pólo, no Bairro Aquariano.  
Indicação nº 149/2002 - Vereador Rui Bachard de Faria, assunto: Delib. ao Exm-  
 to: Prefeito Municipal a construção do Mercado de Rurre em Santo Antônio,  
 2º Distrito de Cabo Frio denominada a Lavoura do Expediente, o Senhor  
 Presidente em exercício pronunciou a instância aos cidadãos presentes. Como  
 primeiro Ordem em pauta, quebrou a ordem o Vereador Gáudio dos Santos Ben-  
des, que inicialmente reportou-se à discussão da sessão anterior, reafirman-  
 do a necessidade de revisão de procedimentos legislativos no sentido de re-  
 gem regularizadas falhas e irregularidades relativas às leis não sanciona-  
 das ou promulgadas. O requer, fez comentários sobre o Projeto de Lei  
 relativo ao uso do amianto nos telhados de escolas e hospitais públicos  
 e outro dispôs sobre a criação do Programa Municipal de Controle e  
 Combate a Coisinha, destacando que ambos encontravam-se sem a letra  
 do Poder Executivo. Adiante, conpatulou-se com o Vereador Silas Rocher-  
 ques Dinto na proposição em pauta naquela sessão convidando a Auto  
 Veiação Salenense a prestar esclarecimentos relacionados a nova tecnolo-  
 gia implantado em tal empresa. Comentou sobre o aviso de cadastramento  
 de idosos e estudantes acolhidos aos serviços coletivos, frisando que  
 os direitos de tais usuários eram garantidos pela Lei Orgânica Municipal,  
 Constituição do Estado e do País, e que em nenhuma delas constava men-  
 ção quanto a adoção de cartão magnético. Adiante, discorreu sobre o Co-  
 digo Nacional de Direitos Humanos, destacando que o mesmo também ga-  
 rantia os direitos do usuário idoso. Prosseguindo, elogiou a postura da  
 empresa quanto a implantação do Programa de Cidadania, afirmando  
 que assim, tal Instituição resgatava, desde de responsabilidade social,  
 e que tal exemplo deveria ser prática de todo empresário. Adiante, disse que



durante todo o seu mandato no caso legislativo não percebeu nenhum  
Vozes do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e respeito da  
Administração Municipal o que refletiu a negligência e descaso de tal  
órgão. Continuando, discorreu sobre parecer do professor a UFF Silva  
Las Davis de análise do Município de 98, 99 e 2000 em quadro  
comparativo com base nos balanços do Município, destacando que tal  
estudo evidenciara o uso indevido da renda destinada ao desenvolvi-  
mento do ensino. Disse ainda, que era inadmissível que fossem impropria-  
das escolas. Adiante, afirmou que por trás do Tribunal de Contas existe  
engenharia política visando que deponha contra o processo de privatiza-  
ção. Disse ainda, que a reforma democrática era essencial para  
que o país não fosse levado para o fundo do poço como foi o caso da Ar-  
gentina. Houvera a necessidade de reforma no Tribunal de Contas, no sen-  
tido de que o mesmo cumprisse o papel de auditor e controle dos mu-  
nicipios, Unidades e da Administração Pública Municipal, no que  
encerrou sua fala. A seguir, ocupou o tribuna o Vereador Carlo Cesar  
que iniciou sua oratória discorrendo sobre Projeto de Lei de sua autoria  
dispondo sobre a criação de Programa de Prevenção de Riscos da Pós-  
tata, destacando que há mais de cinco anos não eram feitos nenhum  
programa de prevenção à doença. Adiante, relatou problemas que di-  
ficultaram o acesso ao tratamento do portador de tal moléstia, bem  
como a população de baixa renda que não conseguiu atendimento ime-  
diato do SUS. Adiante, comentou sobre outro Projeto de sua autoria  
referente a subvenção ao idoso aposentado, e afirmou que era im-  
prescindível que tais projetos não fossem somente, no papel, no que  
encerrou sua fala. A seguir, ocupou o tribuna, o Vereador Imaury  
Valério que inicialmente procedeu as saudações de praxe. Adiante,  
comentou sobre o ensino do ensino municipal sobre dependentes físicos  
e postulou a todos os requisitos sociais que participassem no sentido de  
colaborarem quanto ao cadastramento dos mesmos. Adiante, dirigiu-  
se ao público geral no sentido de que a mesma auxiliasse na di-  
fusão de tal empreendimento. Prosseguindo, aludindo a discussão  
da Governadora Renécida relacionado a greve dos professores estaduais  
destacou que era inadmissível que os alunos estivessem há 10 dias em  
aulas, e questionou quanto a reposição da longa férias letivas.

A seguir, enfatizou que fora aprovado por 120 votos de alunos preocupados com tal situação, e ainda, afirmou que o movimento existiu de acordo com seus direitos de forma isolada sem o respaldo de pais ou órgãos sindicais. Em aparte, o Senador fez o seguinte: disse que a sociedade civil poderia acionar o Ministério Público para que o mesmo intervesse, bem como o Estado e o Sindicato. E ainda, criticou a prioridade dada à sociedade em relação a greve e o processo de homologação automática das escolas públicas, destacando que tal sistema refletiu o "bureaucraticismo" do ensino público e era o culpado pela situação dos pais de alunos. Prosseguiu dizendo, o Orador disse que invocou a palavra "bureaucraticismo" por "emburrecimento" dos jovens, visto que os alunos tiveram prejuízos dos ensinamentos pedagógicos. Encerrou sua fala afirmando que os professores mereciam o respeito popular. Não havendo mais matérias inscritas para o uso da tribuna, o Senhor Presidente em exercício conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa, foi aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no seguinte projeto: Projeto de Lei nº 080/2002 - R. B. nº 004/2002 e que a seguir, foi aprovado requerimento de Argêntulo nº 046/2002, para que o referido projeto de Lei tivesse parecer em conjunto das Comissões Técnicas. Projeto de Lei nº 022/2002 - R. B. nº 006/2002, e que a seguir, foi aprovado requerimento de Argêntulo nº 047/2002 para que o referido projeto de Lei tivesse parecer em conjunto das Comissões Técnicas. Projeto de Lei nº 023, 026 e 028/2002, sendo a seguir, encaminhados para a Comissão de Obras e Serviços Públicos, projeto de Lei nº 024/2002, que a seguir, encaminhado para a Comissão de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente; projeto de Lei nº 029/2002 que a seguir, foi encaminhado para a Comissão de Finanças, Orçamentos e Alienação; Projeto de Lei nº 030/2002 que a seguir, foi encaminhado para a Comissão de Obras e Serviços Públicos e, projeto de Lei nº 031/2002 que a seguir, foi concedido vistas ao Senador Fábio Mendes. A seguir, foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça o projeto de Resolução nº 002/2002, foi aprovado o requerimento nº 045/2002 e as Indicações nº 154, 155, 156, 178 e 179/2002, foi retirado por ausência de autor o Senador José Eduardo e Indicação nº 176/2002. Sumunada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente em exercício prorrogou os trabalhos para a Explicação Pessoal. Oupou a m



himp em Explicação Pessoal o Vereador Glauco dos Santos Brito, que inicialmente comunicou aos Nobres Senhores que continuava sua luta visando o desgelamento federal, destacando que contava com o apoio de Vereadores de seu partido, da Assembleia de Deus, bem como de diversos segmentos sociais e até mesmo de outros municípios, ainda que estara longe das dificuldades que enfrentaria, mas, que desejava uma disputa harmoniosa. Adiante, discorreu sobre as multas que vinham sendo aplicadas aos motoristas do município, após mandado que os Juizados Municipais não tinham embasamento legal para a referida atuação. Adiante, enfatizou que euaria meios de desanulando tais multas, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Edmar dos Santos que após as saudações de praxe, comentou sobre a implantação do plano do Gan, negociando seu ingresso pelo Conselho de Tal Plano e sua comemoração no dia 16 próximo, destacando que seriam rendidas homenagens a tais profissionais no Clube do Torque Tupy, encerrando a seguir sua fala. Não havendo mais pedidos para o uso da tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente em exercício encimou o presente sessão em nome de Deus, marcando extraordinários para dentro de dez minutos. E, para encerrar, mandou que se lavrasse o presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação silenciosa, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

α ~~Edmar dos Santos~~  
α ~~Glauco dos Santos~~  
α

Ata do Quinto Sessão Extraordinária do Município de modo legislativo da Câmara Municipal de Capão Frio, realizada no dia 14 (quatorze) de maio do ano de 2002 (dois mil e dois)

Os vinte e dois dias do dia 14 (quatorze) de maio do ano de 2002 (dois mil e dois) sob a Presidência em exercício